

Entre o patrão e o coronel: a atuação da *Lumber Company* e as disputas políticas no pós-Contestado, 1917-1920.

ALEXANDRE ASSIS TOMPOROSKI¹

Este texto tem por objetivo compreender como a *Lumber Company* – madeireira e colonizadora norte-americana instalada em 1911, na região do planalto norte catarinense –, articulava-se politicamente em um cenário profundamente marcado pelas tramas do “coronelismo”. A força política local era fundamental para influenciar na nomeação de autoridades que, por sua vez, iriam auxiliar na disciplina e repressão aos trabalhadores e, também, na condução favorável das ações trabalhistas movidas por eles contra a Companhia. As tentativas de imposição e manutenção do poderio econômico desta, amiúde demandaram seu envolvimento no tenso cenário político do planalto catarinense e resultaram na cisão entre a facção do Partido Republicano local que representava os interesses da empresa e o governo do estado de Santa Catarina. Este processo atinge seu clímax com um assassinato executado por homens dos quadros funcionais da empresa vitimando uma autoridade policial recém-nomeada pelo governador catarinense. Desse modo, pretende-se compreender parte das relações estabelecidas pela empresa junto ao poder local, propiciando a construção de uma análise relacional, na qual, apesar dos trabalhadores da *Lumber Company* despontarem timidamente, não são meros coadjuvantes, mas, de fato, abrem espaço para o estudo das classes dominantes em sua relação com o Estado, enriquecendo e equilibrando o modelo explicativo.

A Lumber Company

O surgimento da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* está conectado ao processo de construção de uma ferrovia que interligaria os estados do sul do Brasil. Para este fim, o governo brasileiro estabeleceu contrato com a *Brazil Railway Company*, empresa responsável pela construção do caminho de ferro que cortou o planalto norte de Santa Catarina, tendo como pontos de partida e de chegada as cidades de Itararé em São Paulo e de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A construção desta grande linha férrea alterou a vida das populações das regiões por ela cortada,

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com pesquisa fomentada pela CAPES.

umentando o valor econômico das terras, agravando problemas sociais e influenciando diretamente na deflagração do movimento sertanejo do Contestado, entre os anos de 1912 e 1916, na região de fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Em 1910 foi encerrada a construção do trecho que rasgava o território catarinense, num total de trezentos e oitenta quilômetros, entre a cidade de União da Vitória, no Paraná e Marcelino Ramos, no rio Uruguai. Sete anos mais tarde, o ramal que ligava União da Vitória e a cidade portuária de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, foi concluído e colocado em funcionamento. A conclusão deste ramal permitiu o escoamento rápido da produção de madeira e erva mate do planalto catarinense.

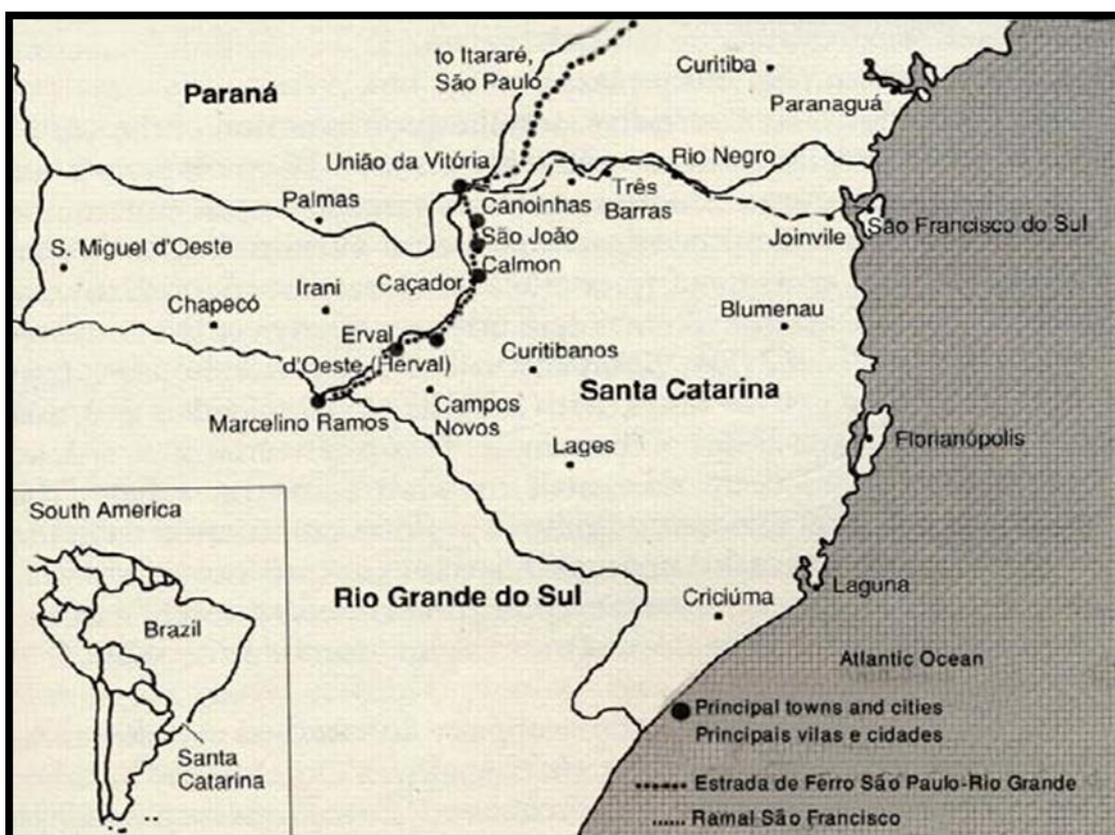


Imagem 01: Mapa da ferrovia São Paulo - Rio Grande e cidades mais importantes da região. In: DIACON, 1991, p. 47.

O contrato para construção da ferrovia determinou que a empresa responsável pela obra – a *Brazil Railway Company* – teria direito a explorar as terras adjacentes à linha tronco, em uma extensão de até quinze quilômetros para cada lado do leito da linha férrea disponíveis para exploração.

Essas terras eram cobertas por milhões de pinheiros araucária, imbuúas, canelas pretas, cedros e cabriúvas. Objetivando serrar e exportar esta madeira de alto valor

econômico e, mais tarde, vender parte daquelas terras a imigrantes europeus, foi constituída uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Em 1910, a *Lumber Company* instalou em Três Barras, então território paranaense contestado por Santa Catarina, uma moderna serraria.²

A empresa instituiu um processo industrial altamente mecanizado com grande organização técnica. O ponto de partida era o corte das toras no meio da floresta, tarefa realizada por grupos de trabalhadores que se embrenhavam nas matas, selecionavam e serravam as árvores. Em seguida, as toras que jaziam no chão eram presas por longos cabos de aço com centenas de metros de extensão e içadas por guinchos movidos a vapor comprimido. As toras gigantescas eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários construídos pela própria empresa, que poderiam atingir até trinta quilômetros de extensão. Ao serem arrastadas, destruíam toda a vegetação que estivesse em seu caminho, árvores menores, espécies economicamente menos interessantes e também grandes quantidades de árvores de erva mate, cuja extração era um elemento fundamental de sobrevivência para a população pobre que habitava a região. Após chegar a beira dos trilhos, o mesmo guincho erguia as toras e as colocava sobre vagões que eram conduzidos até o engenho da serraria, no centro da vila de Três Barras. Dentro do engenho, as toras eram serradas, selecionadas e armazenadas mecanicamente. Em seguida, eram carregadas em vagões e levadas até os portos de São Francisco do Sul e Paranaguá e dali enviadas ao exterior.³

² A *Lumber* construiu outra serraria em Calmon (SC), esta filial não será contemplada por transcender a região do planalto norte de Santa Catarina, recorte espacial pré-determinado.

³ A partir da década de 1920, além da exploração da madeira em escala industrial, a *Lumber* também desenvolveu atividades ligadas ao beneficiamento e à exportação de erva mate. Além de explorar os vastos ervais nativos localizados nas terras recebidas na concessão ou posteriormente adquiridas, a *Lumber* também comprava a *ilex* de atravessadores locais, os quais acumulavam grandes quantidades adquiridas junto a pequenos produtores/coletores. A empresa tinha gastos com compra de erva mate de terceiros, bem como com a construção de barracões para armazenagem do produto. Com a utilização de seus próprios ramais e da ferrovia da *Brazil Railway*, a *Lumber* obtinha baixos custos de transporte, o que lhe dava grande vantagem sobre os demais empresários locais. Além da ferrovia os rios da região eram caminhos para o escoamento da erva, por meio dos vapores “Três Barras” e “Porto Velho”, embarcações de médio porte de propriedade da empresa. Tais embarcações exigiam um porto permanente bem como trabalhadores especializados – ou ao menos fixos – para carga e descarga das embarcações e transporte do produto. In: **Relatórios Mensais da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company***. Balancete do mês de abril de 1917, p. 12. APESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, APESC.

Os acidentes de trabalho

Os trabalhadores da *Lumber Company* tinham nos acidentes de trabalho um quadro de constante terror. Tanto no serviço das matas, quanto no processo de beneficiamento da madeira, os acidentes se multiplicavam. Obviamente tais acidentes não reconheciam etnia, função ou salário do trabalhador, representando condições compartilhadas pelos diferentes grupos étnicos que constituíam a mão de obra.

Objetivando amenizar o impacto econômico resultante das ações trabalhistas movidas pelos operários acidentados, a *Lumber Company* lançou mão de um leque amplo e variado de estratégias para lidar com os acidentes, as quais poderiam ser: o recolhimento da vítima ao hospital da própria companhia (reforçando um possível argumento de tratamento adequado da vítima); o cálculo proposital das indenizações a menor através de interpretações premeditadamente equivocadas do regulamento de acidentes; procrastinação do pagamento de indenizações e da celebração de acordos; fraudes no ato do pagamento das indenizações, já que muitos operários eram analfabetos e quem assinava os acordos em seus lugares era o subdelegado ou o tabelião; rápida homologação de acordos com valores a menor, aproveitando as prementes necessidades de sobrevivência dos trabalhadores feridos (e sem trabalho) e de suas famílias – após a homologação desses rápidos acordos com valores a menor, a empresa negava-se ao pagamento de outros valores, argumentando que o trabalhador já havia aceitado o acordo, e tentava caracterizá-lo como um aproveitador; readmissão de operários acidentados na empresa, o que permitia a ela argumentar que o ferimento decorrente do acidente era insignificante, pois o mesmo já havia retornado ao trabalho (muitas vezes com fortes dores ou com sua capacidade e seu salário tolhidos); laudos periciais fornecidos em juízo pelo médico da empresa Oswaldo de Oliveira, invariavelmente nomeado perito legal para avaliação dos ferimentos dos trabalhadores, o qual normalmente subjugava propositalmente as limitações dos trabalhadores; e, finalmente, a não comunicação de acidentes às autoridades.⁴

A manutenção de um arcabouço que permitia a resolução favorável das ações por acidente dependia da ação de pessoas que ocupavam cargos vitais para sua

⁴ TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “*O pessoal da Lumber!*” Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 - 1929. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis, 2006, capítulo 2.

continuidade. O papel mais importante estava destinado ao subdelegado de polícia de Três Barras que dava origem ao inquérito, mas a atuação destas autoridades policiais em alinhamento com os interesses da *Lumber Company* transcendia os processos por acidente no trabalho. Comumente saciavam as possíveis necessidades repressivas da empresa, como no caso das greves deflagradas no ano de 1919, e, muitas vezes, realizava o “trabalho sujo”, como seqüestro de inimigos da companhia; expulsão de posseiros das terras da empresa ou proteção à empresa e seus aliados.⁵

Entre os anos de 1917 e 1920, os trabalhadores da *Lumber* deflagraram três greves (julho de 1917, março e junho de 1919), e a legislação trabalhista mudou, incumbindo ao subdelegado inúmeras competências que elevaram seu poder dentro da organização dos inquéritos judiciais por acidente de trabalho.⁶

A exploração em comum experienciada pelos trabalhadores da Companhia permitiu-lhes não apenas perceberem que compartilhavam de uma mesma condição, mas também que a empresa lhes impunha tais condições de trabalho e de sobrevivência, se opondo às suas necessidades e reivindicações.⁷ Aí está o cerne para compreensão das formas e modos pelas quais os trabalhadores da *Lumber Company* compartilharam experiências e definiram os seus objetivos comuns e antagônicos.⁸

Neste sentido, também é importante salientar as perspectivas propostas pela história social, que atenta para a necessidade de uma “história de cima” para complementar a “história de baixo”, evitando-se assim negligenciar as relações mútuas e com o todo. Ou seja, a classe operária precisa ser percebida também em suas relações

⁵ No período em tela o titular do cargo de subdelegado de polícia de Três Barras foi Theófilo Becker, grande aliado dos interesses da *Lumber Company*. Ele foi substituído em 04 de outubro de 1920 pelo jovem tenente Francisco Arruda Câmara Junior, um forasteiro que não mantinha conexões com as tramas políticas locais e tampouco vivia sob o domínio econômico da Companhia. O tenente Câmara foi assassinado por Theófilo poucas semanas após substituí-lo. Este, depois de exonerado do cargo de subdelegado foi imediatamente contratado pela companhia para ocupar o cargo de chefe de seu corpo de segurança. Esta questão será retomada adiante.

⁶ Em 15 de Janeiro de 1919, foi aprovada a Lei n.º 3.724, a Lei de Acidentes de Trabalho. O conteúdo da lei regulamentava o trabalho operário, mas determinava que apenas fossem indenizados aqueles trabalhadores cujos acidentes tivessem ocorrido durante o desempenho da função. Por outro lado, estabeleceu a exigência de instauração de um inquérito judicial em todos os casos de acidentes de trabalho.

⁷ THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Critica. 2. Ed. 1984, p. 34 a 39.

⁸ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

com as classes dominantes e com o Estado.⁹ Assim, a ênfase dada ao cotidiano operário, que trouxe uma nova dinâmica a essa temática, não pode resumir-se à idealização da história da classe operária acima e fora dos conflitos de classe. Não é possível analisar a classe em separado do processo histórico que a gerou.

O Acordo de Limites

O movimento sertanejo do Contestado sacudiu toda a região do planalto catarinense entre os anos de 1912 e 1916. Foram muitas as transformações decorrentes dessa longa e desgastante luta. Em 20 de outubro de 1916, a assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina oficializou o término do conflito. Uma das conseqüências diretas do acordo foi a transferência de uma área territorial muito significativa, incrustada no centro da região norte do planalto catarinense, para o controle do estado de Santa Catarina. A partilha da área em litígio foi altamente favorável aos catarinenses, que receberam o controle de toda a região norte da zona contestada, com os territórios dos municípios paranaenses de Rio Negro e União da Vitória, que estavam localizados na margem esquerda dos rios Negro e Iguaçu, passando ao controle de Santa Catarina com as respectivas denominações de Mafra e Porto União. Além disso, os catarinenses receberam a antiga saliência paranaense formada pelas vilas de Três Barras, Papanduva e Itaiópolis.¹⁰

Três Barras – sede da *Lumber Company* – encontrava-se no centro desta mudança. O então município paranaense, após a assinatura do acordo, passou ao controle catarinense na condição de distrito do município de Canoinhas.

Do ponto de vista político, esta mudança resultou no acirramento da disputa pelo poder em toda aquela região. O número de cargos, o orçamento e a importância política de Três Barras foram, teoricamente, reduzidos. Na prática, o então superintendente municipal da Três Barras sob domínio paranaense, Dídio Augusto, perdeu seu cargo. Em seu lugar, em setembro de 1917, foi nomeado o novo intendente do distrito catarinense de Três Barras,

⁹ THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Op. Cit., p. 13-4.

¹⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004, p. 137.

Oswaldo de Oliveira.¹¹ O resultado foi o fortalecimento do poder político desta liderança, a mais proeminente da localidade e maior aliado dos interesses da *Lumber Company*.

A partir de então, o superintendente municipal estava na sede do município, ou seja, em Canoinhas, não mais na própria Três Barras, ou em Rio Negro. Com a mudança, o eixo do poder se deslocou para o sul, e Oswaldo de Oliveira, médico da Companhia e deputado estadual, continuava sua trajetória, conseguindo vitórias importantes sobre seus adversários e entrando em rota de colisão com membros poderosos do Partido Republicano da região de Canoinhas.

Em pouco tempo, Oswaldo e sua mantenedora, a *Lumber Company*, intentaram a conquista da superintendência municipal de Canoinhas. No entanto, nesse período o cargo chegou às mãos de Otávio Xavier Rauen, barrando a tentativa dos chefes políticos do novo distrito de ascenderem ao poder na sede do município. A facção política de Oswaldo conseguiu mobilizar muitos correligionários, criando um impasse dentro do Partido Republicano local e impedindo a posse de Rauen.

A cisão e a resultante divisão do núcleo do Partido Republicano de Canoinhas, evidentemente, teve reflexos nas eleições daquele ano.

Na 4ª Seção eleitoral do então distrito canoinhense de Papanduva, como de costume, houve irregularidades, ao ser apurado um número maior de votos na urna do que os 88 eleitores que compareceram à seção. A comissão do PR local resolveu anular a votação daquela seção e validar as demais, legitimando o resultado final com um total de 189 votos para Otávio Xavier Rauen, sendo este considerado eleito.¹²

No entanto, a facção rival, com o apoio determinante do então deputado estadual Oswaldo de Oliveira, não reconheceu o resultado do pleito.

Coronelismo, votos e nomeações

Os meses seguintes foram de incerteza no panorama político do município de Canoinhas e dos distritos de Três Barras e Papanduva. A ruptura gerada no Partido Republicano local alarmou suas lideranças estaduais. Esse processo atingiu seu clímax com o envio de um interventor por parte do então governador Hercílio Luz, com o objetivo de arrefecer os ânimos na região e obter um entendimento entre os dois grupos.

¹¹ **O Timoneiro do Norte**. Ano I, N.º 32. Canoinhas, 23 de Setembro de 1917. BPESC (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

¹² **O Democrata**. Ano I, N.º 10. Canoinhas, 09 de Janeiro de 1919. BPESC.

O escolhido para esta função foi o então Chefe de Polícia do Estado – opção que revelava a grande preocupação do governador e a gravidade da situação – Dr. Gil Costa, natural da região, que havia sido nomeado primeiro juiz municipal de Três Barras quando esta fora elevada à condição de município da Comarca de Rio Negro, ainda em 1914.¹³

Gil Costa chegou a Canoinhas no dia 06 de maio de 1919, com a missão de lançar as bases de uma política de conciliação no município, acalmando os ânimos das facções em choque. Após sua intervenção, chegou-se a uma suposta resolução da contenda entre os republicanos. O resultado da eleição foi ratificado e Rauen foi indicado pelo partido para ocupar a superintendência de Canoinhas, conquistando uma importante vitória, com o apoio do governador Hercílio Luz.

No entanto, a “conciliação” foi lida pelo grupo de Oswaldo de Oliveira e pela *Lumber Company* como humilhante derrota política e demonstração de rejeição por parte do governo estadual. Há indícios, inclusive, de que isto se deu após a desistência após “ameaças e pressões” por parte do governador.¹⁴

Oswaldo de Oliveira foi demitido do cargo de intendente distrital de Três Barras pelo novo superintendente Rauen – excluindo-o oficialmente das decisões políticas – o que recrudescer as divergências entre os dois e limitou a influência de Oswaldo sobre o destino do distrito, especialmente em relação à nomeação de autoridades na localidade. Após a demissão, o cargo continuou vago durante longo período, ocupando-o provisoriamente o coletor de impostos, “*cujos cambalachos são notórios, em quem ninguém confia cujas dívidas são descontadas nos talões, ao seu sabor, aumentados ou diminuídos os pagamentos dos impostos*”.¹⁵

Aqui temos um elemento fundamental desencadeado a partir do “coronelismo”: o controle da nomeação dos cargos públicos pelos chefes políticos locais. O poder de decidir quem ocuparia um cargo ligado a decisões econômicas, como a cobrança de impostos, estava estreitamente vinculado à sustentação de interesses específicos.

Quando o coletor de impostos aumentava ou diminuía o valor cobrado, por exemplo, com a filiação política do indivíduo ou da empresa que iria pagá-lo, exercia

¹³ **O Democrata**, Ano II, N.º 54. Canoinhas, 29 de Fevereiro de 1920. BPESC.

¹⁴ TOKARSKI, Fernando. **Cronografia do Contestado**: apontamentos históricos da região do Contestado e do sul do Paraná. Florianópolis: IOESC, 2002, p. 77.

¹⁵ **Semana**, Ano I, N.º 2. Três Barras, 28 de Março de 1920. BPESC.

sobre aquelas pessoas e sobre aquela sociedade um poder econômico muito significativo. Evidentemente, aquele grupo que era prejudicado pelas escolhas e atitudes das autoridades municipais, ou que não detinha tais escolhas, iria reclamar ou organizar-se para mudar tal panorama. Aqui encontra-se o aspecto relevante da discussão. A solução do impasse para o grupo que estava excluído das decisões que repercutiam financeiramente era tentar alterar aquela conjuntura.

Do mesmo modo, controlar a nomeação de autoridades representava proteger os elementos do seu grupo político ou daqueles que “sujavam as mãos”, realizando tarefas mais espinhosas e menos louváveis.

O coronelismo nos remete à noção de pacto, uma troca de favores entre o crescente aumento do poder público e a decadência enfrentada pelos chefes políticos locais. O advento da República trouxe o fortalecimento do poder público local e estadual e, em contrapartida, a decadência econômica dos chefes locais, especialmente dos latifundiários. O coronelismo, ao contrário do que possa sugerir uma análise superficial, é uma aliança que resulta da perda gradativa de poder dos chefes políticos locais, os quais passaram a depender da negociação de alianças com o Estado – através da figura dos governadores – para a manutenção de sua influência. Caso o coronel detivesse poder total e irrestrito, não dependeria de tais alianças, tampouco da presença do Estado para assegurar o controle sobre seus domínios e a influência sobre seus adversários. Especificamente no caso catarinense, o Estado representava apoio à ampliação do poder local dos coronéis.¹⁶

Para reproduzir seu poder, os coronéis precisavam construir alianças mais amplas, em âmbito regional e estadual, às quais interconectavam suas estruturas locais. Essas alianças propiciavam a conquista de favores essenciais para sua sobrevivência enquanto líder local e chefe político, tais como: a capacidade de nomeação de cargos estratégicos dentro de cada estado (como delegados de polícia, juízes, promotores, coletores de impostos); a liberação de verbas públicas para a construção de obras em sua área de influência, o que, além de aumentar o apoio de sua clientela, poderia demonstrar seu poder nos altos escalões;¹⁷ também buscavam o boicote de seus adversários políticos em cada região.

¹⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**, *op. cit.*, p. 93.

¹⁷ Uma nota de 1908 ilustra essa perspectiva com um dos inúmeros exemplos: “*Com o maior entusiasmo*

O palco de articulação política dos coronéis eram os Partidos Republicanos em cada estado, ali ocorrendo disputas que muitas vezes eram lavadas a sangue e, também, o local de escalada das demandas regionais.

O coronelismo explorava suas fontes de poder na seguinte ordem: “... *primeiramente suas milícias particulares, posteriormente seu prestígio socialmente reconhecido, e, por fim, o controle do eleitorado*”.¹⁸ Dentro deste panorama, a força armada que cada coronel poderia mobilizar possuía um valor prático muito mais significativo do que a capacidade de angariar votos para seus candidatos, e, também, as eleições poderiam ser fraudadas e os resultados aceitos sob coerção,¹⁹ desde que houvesse suporte na força, com grande número de homens armados à disposição.²⁰

Sendo assim, a verdadeira força de um coronel estava assentada na quantidade de homens armados que ele conseguia mobilizar em uma determinada situação, fosse para proteger a si ou um aliado, como para atacar um adversário. Esse poder resultava em respeito e era reconhecido também pelas oligarquias estaduais, que tinham nos coronéis de cada localidade ou região, sua base de sustentação.

As vitórias de Rauen resultaram no enfraquecimento político de Oswaldo de Oliveira e da *Lumber Company* e, conseqüentemente, na perda da capacidade de influência destes sobre a nomeação e manutenção de autoridades.

No contexto em foco, no qual o coronelismo e suas diretrizes definiam a nomeação de autoridades, inclusive as policiais, os ocupantes dos cargos de delegado e subdelegado eram homens da absoluta confiança dos superintendentes municipais. Ao oferecer apoio e sustentação ao governador do estado, o superintendente – costumeiramente o principal coronel da região – recebia em contrapartida o direito de escolha dos titulares desses cargos, os quais, por sua vez, precisavam retribuir a

seguem os preparos do material para a construção da ponte sobre o rio Canoinhas. Um bravo ao preclaro e incansável chefe coronel Albuquerque, pela subvenção que obteve do patriótico Governo do Estado, para auxiliar a construção da referida ponte”. In: **O Trabalho**, Ano I, N.º22. Canoinhas, 03 de Outubro de 1908. Além do coronel Albuquerque ser apresentado (pelo seu próprio jornal) como o responsável por obter os recursos para a construção da ponte no distrito de Canoinhas, há a sugestão de que ele mantinha uma relação próxima e amistosa com o governo catarinense, o que reforçava sua importância.

¹⁸ DANTAS, José Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: UFS, 1986, p. 14.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, Dados – **Revista de Ciências Sociais**, vol. 40, n.º 2. Rio de Janeiro, 1997, p. 22.

²⁰ DANTAS, José Ibarê. **Coronelismo e dominação**, *op. cit.*, p. 24.

confiança neles depositada e atuar de acordo com os anseios do chefe político local, fortalecendo a estrutura política da qual as autoridades policiais eram uma engrenagem fundamental, um pilar estratégico de sustentação para tais redes políticas, muitas vezes com a utilização explícita de força armada.²¹

A perda da capacidade de realizar tais nomeações transcendia as questões políticas em cada localidade e representava também um impacto significativo sobre o domínio econômico de uma determinada facção ou empresa, resultando na procura de soluções rápidas que minorassem os impactos financeiros. José Murilo de Carvalho resume bem o modo como as disputas em torno de nomeações se espalhavam pela sociedade e atingiam o domínio de uma determinada classe:

“(…) a entrega do controle de cargos públicos aos coronéis tem evidentemente um sentido que vai muito além do político. Não é preciso, por exemplo, demonstrar que o papel de um juiz de paz, de um juiz municipal, de um delegado de polícia ou de um coletor de impostos está estreitamente vinculado à sustentação dos interesses econômicos dos donos de terra e dos grandes comerciantes. As tarefas do juiz e do delegado eram importantes para o controle da mão-de-obra e para a competição com fazendeiros rivais. Ser capaz de oprimir ou proteger os próprios trabalhadores ou de perseguir os trabalhadores dos rivais, fazendo uso da polícia era um trunfo importante na luta econômica”.²²

O novo subdelegado

Após a vitória política da facção de Rauen (1918) e, no ano seguinte, a demissão de Oswaldo de Oliveira do cargo de intendente distrital de Três Barras (1919), houve uma mudança na titularidade do cargo de subdelegado de polícia daquele distrito. O então subdelegado, Theófilo Becker, foi destituído do cargo. Em seu lugar, assumiu o tenente da Força Pública de Santa Catarina, Francisco Arruda Câmara Junior, transferido de Joinville e sem nenhuma ligação com a empresa ou com as tramas políticas da região de Canoinhas.

A chegada do novo subdelegado a Três Barras impactou sobre uma série de interesses da companhia. A *Lumber Company* perdeu o favorecimento que até então recebia na condução dos casos de acidente de trabalho ocorridos na empresa. Sem o

²¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**, *op. cit.*, p. 104-5.

²² CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, *op. cit.*, p. 21.

apoio do titular do cargo, a tendência era de um aumento bastante significativo nos custos com indenizações, além da perda de outras vantagens, como o auxílio às suas necessidades repressivas e coercitivas. Mas a empresa pretendia continuar contando com os serviços de Theófilo. Após sua destituição, ele foi imediatamente contratado pela *Lumber*, uma espécie de compensação pelos trabalhos prestados à mesma. É evidente que após anos ocupando um cargo tão influente naquela comunidade, a experiência acumulada por ele e a capacidade de resolver problemas pouco convencionais, eram habilidades consideradas muito úteis pelos diretores da companhia.

A substituição no comando da subdelegacia de Três Barras não ocorreu de forma pacífica. Desde o início da titularidade do tenente Câmara, em sua nova função, muitos problemas surgiram, gravitando em torno de muitas questões, especialmente a resistência oferecida pelo antigo ocupante do cargo.

O ponto culminante deste processo marcado por acirrada disputa política foi um evento que transcendeu as barreiras do consentido dentro daquele jogo político:

Dia 28 de Outubro de 1920, dezenove horas e trinta minutos, a noite tomava conta do território do ex-Contestado. No quartel do destacamento policial de Três Barras, o tenente Francisco Arruda Câmara Junior, um jovem joinvillense recém nomeado subdelegado de polícia daquele distrito, conversava com três moradores da localidade. O grupo parlamentava a respeito dos últimos acontecimentos que haviam sacudido a vila e colocado em lados opostos a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e a força policial local, e sobre como tais fatos reforçavam a evidente inexistência de deferência por parte da população local e das pessoas ligadas àquela empresa, em relação à sua autoridade. Subitamente, os quatro homens perceberam a afluência de um numeroso grupo à porta da subdelegacia e o avanço de alguns integrantes à sala das audiências, onde se encontravam. Uma voz declarou rispidamente: ‘Estou aqui senhor tenente, me prenda agora!’. Ato contínuo, uma mão empunhando um revólver de grosso calibre apareceu ao lado da porta e disparou diversas vezes. O tenente Francisco Arruda Câmara Junior foi atingido por seis projéteis e morreu instantaneamente.²³

A morte prematura do jovem oficial da Força Pública de Santa Catarina desnuda questões de fundo político e econômico, e esteve relacionada às disputas que incendiaram a Comarca de Canoinhas durante os anos 1919-1920 e colocaram a

²³ **Processo Crime por Homicídio** do Tenente Francisco Arruda Câmara Junior. Réu: Theófilo Becker e outros. Canoinhas, 1920. AHMC.

Southern Brazil Lumber and Colonization Company e o governo do estado de Santa Catarina, naquele momento chefiado por Hercílio Luz, em fileiras opostas.

Nas declarações de José Pacheco, suplente do subdelegado assassinado, há um indício contundente que simbolizava os enfrentamentos que vinham ocorrendo naquela região. Segundo ele, Theófilo teria dito que “*guri de óculos em Três Barras não se apurava (...), e que quando o governo soubesse estaria com os óculos quebrados e assim, quando viesse outro haveria de saber andar direito, porque senão aconteceria o mesmo*”.²⁴

Theófilo e os demais indiciados foram presos provisoriamente. No entanto, nenhum deles foi condenado.

Conclusão

A execução de uma autoridade policial nomeada pelo governador do estado de Santa Catarina, mesmo na Três Barras dos anos 1910, representou uma ruptura grave e demonstrou a complexidade das relações políticas ali estabelecidas. Este crime, que aqui encerra a análise, continua em estudo e ajudará a desnudar as relações entre a *Lumber Company* e o estado catarinense; entre as diferentes facções locais do PR de Canoinhas; e o modo como tais alterações neste equilíbrio de forças influenciaram a vida e a luta dos trabalhadores da Companhia. Estes trabalhadores não estavam alheios a tais mudanças e davam sinais de uma atuação crescentemente combativa, especialmente no que tange às ações trabalhistas movidas por eles e cujo favorecimento invariável à Companhia foi desmantelado.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, Dados – **Revista de Ciências Sociais**, vol. 40, n.º 2. Rio de Janeiro, 1997.

DANTAS, José Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: UFS, 1986.

DIACON, Todd A **Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916**. Durham: Duke University Press, 1991.

²⁴ **Idem**, p. 54.

HASSON, Roland. **Acidente de trabalho e competência**. Conseqüência da sucessão das normas no tempo. Curitiba: Juruá, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens (1900-1940). Espaço e Sociedade: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. N. ° 33, ano XI, 1991, pp. 27 a 41.

THOMPSON, Edward. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Critica. 2. Ed. 1984.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOKARSKI, Fernando. **Cronografia do Contestado**: apontamentos históricos da região do Contestado e do sul do Paraná. Florianópolis: IOESC, 2002.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “**O pessoal da Lumber!**” Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 - 1929. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis, 2006.